



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0002914-95.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 952/2017 - 5º Distrito Policial de São Carlos, 515/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 85/2017 - 5º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ARIDELSON PEREIRA LEITE VIEIRA**

Réu Preso

Aos 18 de maio de 2017, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **ARIDELSON PEREIRA LEITE VIEIRA**, devidamente escoltado, acompanhado da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Caio Lazarini Bertollo, as testemunhas de acusação Alcides José de Carvalho Nunes e Adilson Aparecido Sabino, sendo o réu interrogado ao final. A colheita de toda a prova (depoimentos da vítima, das testemunhas e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em mídia digital, nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 157, § 2º, I do CP uma vez que no dia indicado na peça acusatória, mediante uso de arma consistente em um gargalo de garrafa, teria subtraído um celular da vítima. A ação penal deve ser julgada parcialmente procedente. A vítima confirmou que o réu dela se aproximou, e com um gargalo de garrafa quebrada, encostou em seu abdome exigindo que ela lhe passasse o celular, tendo em seguida retirado o aparelho dela. Mediante reação o réu golpeou a vítima com este gargalo, lesionando-a nas mãos e no supercílio esquerdo. Os policiais que foram atender a ocorrência também fizeram este relato. No tocante ao crime em si, este restou configurado, porém, na forma tentada, visto que tão-logo o réu pegou o aparelho e antes que ele se afastasse, a vítima reagiu, de modo que o acusado não teve a disponibilidade do objeto, o qual foi encontrado no chão onde houve a luta corporal. Quanto ao uso de arma, entendo que a mesma restou configurada. O Código Penal, no inciso I, não faz distinção entre arma própria ou arma imprópria. O entendimento pelo menos de alguns julgados é no sentido de que arma é todo instrumento com potencialidade de lesionar a integridade física de alguém. No caso o réu se utilizou para ameaçar a vítima de um gargalo de garrafa quebrado; portanto, altamente cortante e capaz de impor à vítima um sofrimento a mais do que a própria ameaça; tanto que efetivamente ele se utilizou deste instrumento e lesionou a vítima, conforme demonstra o laudo, sendo que o resultado, em tese, poderia ser mais desastroso para o ofendido. Nesse caso o gargalo se assemelha inclusive a uma arma branca, dado o poder cortante que o mesmo se apresentou na ocasião. A autoria também é certa em razão da confissão do réu e reconhecimento por parte da vítima. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos do artigo 157, § 2º, inciso I, c.c. artigo 14, II, do CP. O réu tem antecedentes e inclusive foi condenado, embora há pouco mais de cinco anos, o que neste caso justifica a fixação da pena-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

base um pouco acima do mínimo, aumento este que pode ser compensado e reduzido em razão de sua confissão. Em razão da natureza do crime e da violência praticada, o regime não poderá ser o aberto dada à periculosidade demonstrada. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Adoto o relatório do Ministério Público. Diante da confissão do acusado, que não deixa de estar em sintonia com o conjunto probatório, a Defesa deixa de tecer pedidos a respeito da improcedência da ação. Requer-se seja reconhecido que o delito se deu na modalidade tentada, visto que não restou consumado por circunstâncias alheias à vontade do acusado. Isto porque, conforme bem pontuou o Ministério Público, o celular da vítima não chegou a permanecer sob a posse do acusado de maneira estável, eis que ambos (acusado e vítima) entraram em luta corporal tão logo o réu retirou o celular da mão do ofendido. Considerando que o “iter criminis” percorrido foi mínimo, requer-se que a redução em razão da tentativa se dê em seu grau máximo. Reque-se, ainda, seja afastada a majorante apontada na denúncia, pois uma garrafa não pode, em razão do princípio da legalidade, ser considerada como arma. No tocante à pena, requer-se a imposição de pena-base no mínimo legal na primeira fase da dosimetria, pois consoante o entendimento do STF em alguns julgados, aplica-se o período depurador da reincidência também aos maus antecedentes. Na segunda fase da dosimetria, requer-se a atenuação da pena em razão da confissão. Na terceira fase, conforme entendimento exposto, requer-se a diminuição da pena em razão da tentativa, e que seja afastada a majorante do § 2º inciso I do artigo 157 do CP, pelos motivos já elencados. Requer-se a imposição de regime aberto, ou semiaberto, a depender do “quantum” da pena que for aplicada, considerando-se que o acusado é formalmente primário, e que a violência e a natureza do crime, apontadas pelo Ministério Público, nada mais fazem do que integrar a gravidade ordinária do crime, não sendo, portanto, no sentir da Defesa, fundamento idôneo para imposição de regime mais gravoso do que o previsto em lei. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ARIDELSON PEREIRA LEITE VIEIRA**, RG 42.775.862, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, porque no dia 30 de março de 2017, por volta da 19h13min, na Avenida Miguel Petroni, nº 4900, São Carlos I, nesta cidade e comarca, nas imediações do condomínio Eldorado, subtraiu, para si, mediante grave ameaça e violência exercidas com o emprego de um gargalo de uma garrafa de vidro contra Caio Lazarini Bertollo, um aparelho de telefone celular da marca Apple, em detrimento da referida vítima. Consoante apurado, o denunciado decidiu saquear patrimônio alheio. De conseguinte, ele se armou com o gargalo de garrafa supramencionado, ao que partiu em busca de potenciais vítimas. Uma vez no local dos fatos, o réu avistou a vítima caminhando sozinha, pelo que decidiu abordá-la. Assim, ele se aproximou de Caio, encostou o seu artefato de vidro contra o abdome dele e exigiu que entregasse o seu aparelho de telefone celular, o que de imediato foi feito. Ocorre que, ao se apoderar do telefone do ofendido, o denunciado se distraiu. Foi então que Caio o agarrou pelo seu pescoço, iniciando-se breve luta corporal. Em meio ao entrevero, o acusado ainda logrou desferir um golpe de garrafa contra a vítima, que atingiu o seu supercílio, fazendo com que ela rumasse para o condomínio Eldorado em busca de ajuda. Tem-se que, uma vez cientificado dos eventos, o segurança Alcides José de Carvalho Nunes rapidamente agiu, ao que logrou deter o denunciado até a polícia militar se fazer presente. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (páginas 38/39). Recebida a denúncia (página 89), o réu foi citado (páginas 116/117) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (páginas 126/127). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação do réu pelo artigo 157, § 2º, inciso I, c.c. artigo 14, II, do CP. A Defesa requereu o afastamento da majorante do emprego de arma e reconhecimento da tentativa, bem como da atenuante da confissão espontânea. **É o relatório. DECIDO.** A acusação é procedente. A materialidade comprovada pela prova documental e oral. A autoria é certa. Ouvido em juízo, o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

acusado confessou a tentativa de roubo, tendo sido a sua versão confirmada pela vítima e testemunhas. Por outro lado, deve ser afastada a causa de aumento de pena do emprego de arma, considerando que arma, para majorar a pena, deve ser real, não bastando para tanto, o emprego de parte de uma garrafa de cerveja, do tipo long neck, já tendo sido decidido que o objeto que tipifica a arma tem que ser descrito como arma ao menos em face da LCP (TAC rsp, julgados 77/201). Não se ignora que a jurisprudência majoritária é em sentido contrário, mas tal fato não vincula a conclusão deste magistrado. Pelo exposto e por tudo mais que nos autos consta **JULGO PROCEDENTE EM PARTE A ACUSAÇÃO** para condenar o réu por roubo tentado. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, bem como que o réu é tecnicamente primário e têm em seu favor a atenuante da confissão espontânea, delibero desde logo fixar a pena-base no mínimo, isto é, em quatro anos de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo. Reconheço a causa de diminuição da tentativa, que deverá provocar a redução da pena em apenas um terço, considerando que o réu se aproximou da consumação do crime, chegando a entrar em luta corporal com a vítima, que sofreu lesões corporais, resultando a pena em dois (2) anos e oito (8) meses de reclusão e ao pagamento de seis (6) dias-multa, no valor mínimo. **CONDENO**, pois, **ARIDELSON PEREIRA LEITE VIEIRA** à pena de **dois (2) anos e oito (8) meses de reclusão** e ao pagamento de **seis (6) dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido **o artigo 157, “caput”, c.c. artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal**. Tratando-se de crime cometido com violência e grave ameaça à pessoa não cabe aplicação de pena substitutiva. Mesmo sendo o réu primário, diante da gravidade em concreto do crime, que envolveu violência física à pessoa, deve iniciar o cumprimento da pena no **regime semiaberto**. Como aguardou preso o julgamento, assim deve continuar, não podendo recorrer em liberdade. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-los pelo pagamento da taxa judiciária. Destrua-se o objeto apreendido. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, _____, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEFENSORA:

RÉU: